Segurançaedefesa2

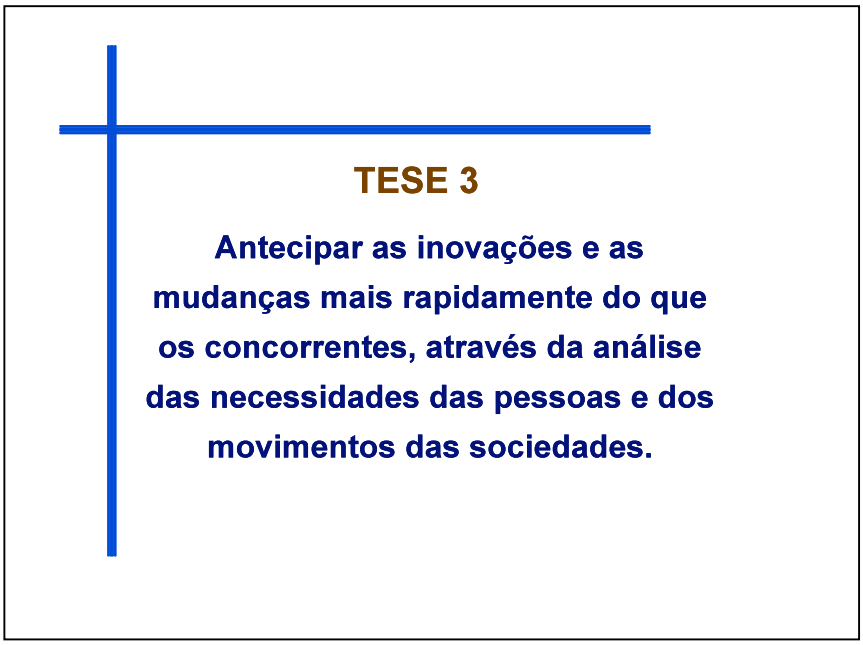
I Congresso Nacional de Segurança e Defesa

Para Uma Estratégia de Segurança Nacional

Forças Armadas de um Novo Modelo

1- Introdução

É hoje consensual que a inovação é um dos mais poderosos instrumentos do desenvolvimento das nações e que no actual mundo globalizado e altamente competitivo, as empresas e os Estados que se dispõem a inovar têm uma natural vantagem. Todavia, apesar da ideia já ser consensual em muitos lugares, nem sempre é suficientemente compreendida em toda a sua dimensão, como nem sempre se sabe como a levar à prática, seja nas empresas, nas universidades e mesmo da parte dos governos. Por isso, consciente dessa dificuldade, apresentei em Fevereiro de 1998, uma comunicação ao III Congresso da SEDES, a que chamei "Cinco Teses para uma Estratégia", cujo objectivo era enquadrar o desafio da inovação como uma estratégia para o progresso e desenvolvimento de Portugal. Recordo duas dessas teses que têm aqui aplicação:



O que então pretendia, há doze anos, era colocar a inovação no plano de um objectivo estratégico nacional, como motor do desenvolvimento económico, numa concepção que abrangia tanto o Estado como as empresas. Estava então consciente de que a economia portuguesa iria ter enormes dificuldades no seu horizonte, de que o modelo económico herdado da entrada de Portugal na EFTA estava esgotado e seria perigoso basear nele o nosso futuro. Com base nessa convicção, apontei a urgência de procurarmos um novo modelo onde a inovação, particularmente de bens transaccionáveis, tivesse um papel central.

Felizmente, a ideia da inovação fez o seu caminho na imaginação dos portugueses, bem como em muitas das empresas nacionais. Todavia, nunca chegou a existir a grande formulação estratégica que ambicionava, de forma a transformar a inovação e os bens transaccionáveis no desejado motor da economia, em parceria com outros objectivos nacionais, como a educação, a logística e os sistemas de informação e de comunicação. Ou seja, nunca atingimos, do ponto de vista nacional, a fase superior de dotar Portugal de uma estratégia clara, amplamente debatida e divulgada, que envolvesse o Estado, as empresas e as universidades, na formulação de um novo modelo económico, coerente e orientador das politicas públicas futuras.

Estava então, como estou hoje, consciente dos perigos decorrentes de uma formulação estratégica nacional que pudesse ser considerada como uma imposição, ou até só uma orientação, aos agentes económicos. Perigos esses que o liberalismo económico dominante elegeu como o inimigo a abater, sem cuidar de que a alternativa pudesse ser, como tem sido, a desorientação estratégica e a incoerência das políticas públicas que foram sendo praticadas ao longo de diversas legislaturas e de vários governos. A minha ideia ao tempo, que continua actual, era de que Portugal necessitava, necessita, de um amplo debate estratégico e de que desse debate deveria resultar algum consenso entre o Estado, as empresas, as associações empresariais e as instituições do conhecimento. Com a nota óbvia de que as estratégias empresariais são naturalmente livres de actuar de acordo com a realidade dos mercados e das

capacidades próprias e a criatividade dos seus dirigentes, factores que constituem a essência da economia de mercado.

A ambição de um amplo debate estratégico tinha o objectivo de que a inovação entrasse pela porta grande nas politicas públicas, tornando-as mais competitivas e, principalmente, mais coerentes entre si e coerentes com um determinado modelo de desenvolvimento que nos permitisse ultrapassar o bloqueio, que previa seria inevitável, resultante da manutenção por mais tempo do referido modelo EFTA, essencialmente baseado na mão de obra a baixo custo. Penso, sem grande satisfação, que o tempo me deu razão e que o descalabro da economia portuguesa da última década aí está para o atestar. Com a convicção de que as empresas estabelecidas em Portugal, portuguesas e estrangeiras, fizeram o que poderiam ter feito, nas circunstâncias mundiais e nacionais existentes, mas que o Estado falhou na sua missão de dotar o País de serviços públicos de qualidade aceitável e, principalmente, de políticas públicas coerentes, inovadoras e adaptadas à evolução previsível das economias mundiais. A recente confissão do Senhor Primeiro Ministro de que, para ele, o mundo mudou em duas semanas, revela bem o estado de impreparação estratégica do País.

2- Uma Estratégia de Defesa Nacional

No contexto do que anteriormente ficou esboçado, sempre defendi que as politicas públicas devem contribuir para reforçar uma determinada estratégia nacional, promotora do desenvolvimento económico, social e cultural de Portugal, no âmbito europeu e mundial, isto é, sem nunca perder de vista o movimento globalizador que abala o nosso planeta. Fórmula em que nenhum sector da vida nacional se poderá abster, ainda que cada sector possa contribuir de forma diferenciada e com diferentes níveis de radicalidade inovadora.

Acontece, que sempre considerei que a instituição Forças Armadas seria, na sociedade portuguesa, particularmente vocacionada para o debate estratégico, que está contido no ADN da sua cultura e da sua formação profissional. E apesar de reconhecer que o seu tradicional conservadorismo pode não facilitar a aceitação de mudanças radicalmente inovadoras, acredito que as circunstâncias nacionais e mundiais podem, a breve trecho, contribuir para que as Forças Armadas nacionais mudem o seu posicionamento histórico, como felizmente aconteceu na fase decisiva do combate ao regime anterior.

Por outro lado, como espero que tenha ficado claro na introdução ao tema, a inovação resulta com frequência das oportunidades criadas pela evolução social. Evolução que, infelizmente, tem contribuído para reduzir o papel das Forças Armadas na sociedade portuguesa, a ponto de não ser hoje claro qual é a sua missão e de isso ser fortemente empobrecedor da vida e da economia portuguesas. Ou seja, acredito que estão criadas as condições para que as Forças

Armadas Portuguesas, se suficientemente compreendidas e motivadas, possam participar de uma estratégia nacional de contornos inovadores, que permita um grande avanço no tradicional papel das Forças Militares e de Segurança em todo o mundo. Nomeadamente, porque não se trata de um salto no desconhecido, mas antes da mera antecipação, antes de outros, de uma evolução europeia previsível: a existência das Forças Armadas da Europa, em que a obrigação de Portugal é colocar no terreno a defesa dos seus interesses e de o fazer através da inovação estratégica e geopolítica. Com a nota de que a defesa desses interesses e da nossa vocação própria na integração das Forças Armadas portuguesas na Europa, não é incompatível com os interesses europeus e com as instituições internacionais de defesa em que participamos.

Uma estratégia das Forças Armadas portuguesas não pode deixar de ser orientada para o desenvolvimento e progresso da sociedade e da economia portuguesas e da afirmação de Portugal na Europa e no mundo. Mas não existindo, infelizmente, uma estratégia nacional expressa pelos governos, ou pelos partidos políticos, socorro-me da Carta Magna da Competitividade da AIP-Associação Industrial Portuguesa, que incorporou uma síntese estratégica, a que chamo Atlântica, a qual encaixa perfeitamente naquilo que é, neste texto, a minha proposta para as Forças Armadas: a Estratégia Atlântica, cuja visão é tornar Portugal e o espaço territorial e marítimo à sua guarda, a porta privilegiada da Europa com os outros continentes e, em particular, no Atlântico. Espaço esse que está no centro das duas maiores economias mundiais: a europeia e a da América do Norte.

AIP
ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA
CCI - CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA

CARTA MAGNA DA COMPETITIVIDADE

RELATÓRIO SOBRE A COMPETITIVIDADE

VISÃO ESTRATÉGICA

Fazer de Portugal, nos próximos dez anos, um dos dez países mais desenvolvidos e atractivos da União Europeia

O futuro de Portugal depende da capacidade de conjugar, a divers os n íveis, os desafios e vantagens decorrentes da sua participação na EU com as oportunidades que podem resultar do desenvolvimento das suas relações extra comunitárias, em particular com os EUA e com os países da CPLP.

O novo modelo econ ómico (no contexto da União Europeia e da Globaliza ção) deve ter um enquadramento mais flex ível e privilegiar o desenvolvimento e moderniza ção dos sectores produtores de bens transaccionáveis, (produtos e serviços susceptíveis de concorrência nos mercados interno e externo) desejáveis nos mercados externos em virtude das suas características de inovação, tecnologia e valor.

O factor humano qualificado, culto e motivado; a produ ção científica e tecnol ógica organizada e o acesso rápido, fácil e barato ao mundo através das telecomunicações, de sistemas de informação e transportes, são os recursos essenciais.

A cria ção de vantagens competitivas nos mercados europeus tradicionais e a diversifica ção das rela ções comerciais e de investimento impõem rela ções mais intensas da economia e do sistema cient ífico e tecnológico com mercados e parceiros exigentes.

Em suma, um forte empenho da sociedade portuguesa na economia do conhecimento, baseado num crescimento sustentado, na qualidade e na inova ção e orientado para aumentos significativos da produção de bens e serviços transaccionáveis.

Esta visão segue o papel histórico de Portugal no século XVI e capitaliza no facto de Portugal ser, por direito da geografia e da sua vocação histórica, o pais mais Atlântico da Europa. Por outro lado, há três factores que representam uma oportunidade, do ponto de vista da economia, quase única para o nosso Pais: (1) a importância que a eficiência logística ganhou na economia e na atracção do investimento internacional; (2) o previsível desenvolvimento do espaço Atlântico, a exemplo do que já aconteceu no Pacífico, como veículo de ligação entre as economias das Américas, Europa e África; (3) o crescimento do transporte contentorizado de mercadorias e o aumento da dimensão dos navios que transportam os contentores entre continentes, obrigarem ao transbordo desses contentores ("transhipment") no melhor local do ponto de vista de acesso e descarga rápida e do menor tempo de viagem, sendo que nas rotas do Atlântico nenhum outro local supera a posição geográfica de Portugal.

Estas oportunidades, se bem aproveitadas, são a base do novo modelo económico de que muito se fala, mas que tão pouco tem sido procurado ou praticado. Novo modelo económico em que todos os sectores da sociedade devem intervir e, entre estes, as Forças Armadas.

3 – Forças Armadas de um Novo Modelo

O novo modelo que preconizo para as Forças Armadas portuguesas decorre dos seguintes factores:

3-1- Não ser previsível que as Forças Armadas nacionais sejam chamadas a intervir na defesa militar do território nacional, fora do contexto das organizações internacionais em que participamos, nomeadamente União Europeia e Nato.

3-2- Ser previsível a criação das Forças Armadas Europeias e de ser vantajoso para Portugal e para a Europa a existência de corpos especializados, vocacionados para missões concretas, evitando a pulverização que resultaria de pequenas unidades, com a participação de militares de muitas nacionalidades e espaços geográficos diferentes.

3-3– Não ser do interesse de Portugal deixar diluir, ou empobrecer, a sua participação nas Forças Armadas Europeias, o que, se nada for feito, certamente acontecerá, por força da nossa pequena dimensão e da fragilidade da nossa economia.

3-4- Ser o mar a nossa vocação histórica e o nosso posicionamento geográfico justificar uma preocupação dominante com a grande zona marítima a nosso cargo.

3-5- Que no contexto de alguma indecisão estratégica, como acontece presentemente com a União Europeia, surgem oportunidades que podem ser melhor aproveitadas pelos Estados com ideias mais claras e mais determinados no seu aproveitamento.

É com base nestas premissas que defendo que as Forças Armadas Portuguesas devem evoluir rapidamente para um novo modelo de "Corpo de Operações de Paz", capaz de vir a constituir uma força desejavelmente autónoma nas futuras Forças Armadas Europeias. Com as seguintes características:

A- Ser um corpo profissional altamente disciplinado e hierarquizado, com um nível de prontidão superior ao que hoje existe em todo o mundo.

B- Ser um corpo armado, não civilista, mas com missões de paz em caso de:

B1 – Acidentes naturais como terramotos, vulcões, incêndios de grandes dimensões, cheias.

B2 – Acidentes resultantes da acção do homem como queda de aeronaves, afundamento de navios, poluição dos mares.

B3 – Combate à criminalidade internacional, tráfico de droga, terrorismo.

B4 – Defesa dos cidadãos portugueses, possivelmente europeus, envolvidos em situações de conflito de dimensão limitada.

B5 – Outras situações, de teor semelhante, que a prática venha a aconselhar.

C- Possuir os meios adequados, nomeadamente helicópteros, aviões e navios de transporte, lanchas rápidas, carros de intervenção e de defesa próprios, camiões, bem como equipamentos especiais de acordo com as operações. Por exemplo, equipamentos de despoluição, equipamentos médicos, equipamentos electrónicos de detecção de pessoas no meio dos escombros, etc.

D- Dada a natureza inovadora deste corpo militar, a investigação, nomeadamente a investigação científica, será da maior importância, pelo que deverá existir em Portugal uma ou mais universidades associadas aos objectivos delineados. O que se recomendaria também relativamente a empresas produtoras dos equipamentos e tecnologias vocacionados para estas acções e ainda não existentes no mercado internacional.

Como sempre acontece nos projectos inovadores bem sucedidos, estes não podem ficar dependentes de factores externos, pelo que a decisão e os riscos envolvidos terão de ser nacionalmente aceites. Sendo a rapidez de execução – mesmo quando se trate de uma questão tão complexa como esta – é um factor essencial do seu sucesso Onde a execução parcial ou lenta, que usualmente cumpre a função de esconjurar os temores, é quase sempre razão para o insucesso

Em qualquer caso, há que levar em conta a tarefa gigantesca de adequar os meios humanos às novas condições e funções de umas Forças Armadas de Novo

Modelo. Acredito, apesar disso, que os homens e as mulheres das Forças Armadas Portuguesas saberão responder positivamente ao desafio. A questão principal, como sempre, reside na visão e no patriotismo de quem tem o poder para mudar o rumo dos acontecimentos.

4- Necessidades Mundiais de Dimensão Geoestratégica

Conforme defendi na Tese número 2 da comunicação à SEDES, as estratégias de progresso e de desenvolvimento deverão ser uma resposta a necessidades das sociedades humanas. Nesse sentido, recordo aqui três exemplos recentes de necessidades evidentes, sem que existam as respostas adequadas:

Exemplo 1 – um petroleiro, o Prestige, afundou-se ao largo da Galiza derramando no mar alguns milhares de toneladas de crude. Em vez de retirar o crude no local do derrame, onde os efeitos da poluição seriam menores, as autoridades esperaram que o crude chegasse a terra para, com baldes e pás, milhares de pessoas, depois do mal feito, procuraram de dia e de noite minimizar os enormes prejuízos ambientais.

Exemplo 2 – um forte tremor de terra no Haiti causou centenas de milhares de mortos e feridos, a sua maioria sob os escombros. Durante dias e semanas o mundo assistiu ao chocante espectáculo de verificar que não existia no mundo nenhuma resposta adequada a este tipo de situações. Mesmo a maior e mais desenvolvida potencial mundial, os Estados Unidos, não tinham preparados os recursos humanos e tecnológicos para a tarefa.

Exemplo 3 – ainda está em curso um novo desastre ecológico resultante de uma fuga de crude numa plataforma da BP no Golfo do México. Novamente, não existe em parte nenhuma do mundo a resposta adequada.

O que se pretende com estes exemplos é ilustrar uma necessidade global de dimensão geoestratégica e para a qual não existe resposta. A explicação para esta ausência de resposta está num outro trabalho que há anos apresentei no Instituto Pedro Nunes de Coimbra, a que chamei “As Três Fases da Inovação”, onde defendo que na 3ª fase, a actual, existem todas as tecnologias e materiais necessários para resolver a generalidade de casos como aqui referidos, mas não existem centros de decisão com o poder e a vocação necessários para inovar e decidir. Assim, esta comunicação vai no sentido de argumentar que são as Forças Armadas de um Novo Modelo o veículo próprio para o efeito. Seja porque as intervenções descritas anteriormente necessitam de uma grande disciplina e espírito de missão, seja porque envolvem risco eminente para a vida dos intervenientes, seja porque em muitos casos é necessário manter a ordem pública, ou mesmo intervir militarmente. Acresce, que é ainda necessário o

maior profissionalismo, o treino intensivo e um grau elevado de prontidão, além da mobilidade e dos meios adequados.

Em resumo, esta comunicação foi pensada no sentido de advogar um processo que conduza à solução concreta de problemas de dimensão geoestratégica que afligem o nosso planeta e aqueles que nele habitam. Considero ainda de que se trata de uma oportunidade que penso adequada à dimensão e à vocação dos portugueses e de Portugal.

4- Notas Finais

Portugal vive neste momento particular da sua história, uma encruzilhada de factores contraditórios e sem uma clara visão de futuro. Os portugueses enfrentam hoje mudanças muito profundas no mundo global, que, felizmente, estão na linha da sua história e da sua experiência e vocação como povo, repartido por cinco continentes. Contrariamente ao que é frequentemente alegado, Portugal não é um país periférico, antes está no centro das rotas do Atlântico, entre os dois maiores mercados do planeta. E essa é uma oportunidade que deve ser encarada de frente e sem hesitações.

O povo português sempre foi capaz de responder positivamente aos desafios que lhe chegaram do exterior e afundou-se quando se remeteu à sua dimensão europeia e ibérica. É todavia preciso compreender que hoje os desafios já não são meramente espaciais, são também do domínio da qualificação dos recursos humanos, da capacidade de criar conhecimento e da visão e orientação que os portugueses saibam dar ao seu futuro e das respostas às oportunidades entretanto criadas. As propostas aqui feitas para inovar no campo da Defesa e da Segurança, através de umas Forças Armadas de Novo Modelo, vão nesse sentido e constituem uma oportunidade que necessitará de muita coragem e determinação para ter a solução adequada. Também a consciência de que não existem soluções arrojadas sem riscos.

Mas a decisão é simples: ou perdemo-nos no pequeno jogo dos interesses pessoais e de grupo e na irrelevância como povo, ou acreditamos que temos ainda as qualidades e a ousadia que nos fizeram grandes e respeitados no passado e que temos ainda algo a dar como povo ao mundo complexo e competitivo do nosso tempo. Acredito que existem essas qualidades e que uma parte relevante da ousadia necessária reside nas Forças Armadas.

30 de Maio de 2010

Henrique Neto